

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:
Indonésia**

Sumário

Introdução	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica	3
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)	4
3. Tributos abrangidos pelo benefício	5
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	6
5. Conclusão	6
Referências consultadas	7

Introdução

A Indonésia encontra-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços. É pertinente ao Projeto o regime de facilitação de importações para a produção de bens a serem exportados denominado *Kemudahan Impor Tujuan Ekspor* (doravante, KITE), que se assemelha a um regime de processamento interno e drawback. Este memorando descreve brevemente o regime, considerando que não se aplica a serviços utilizados como insumos ou associados à entrega de bens exportáveis.

No decorrer da pesquisa constatou-se que a legislação indonésia estipula, relativamente ao Imposto sobre Valor Agregado (IVA), alíquota zero na exportação de certos serviços. Normalmente, o IVA se aplica tanto a produtos e serviços importados quanto aos domésticos.¹ A Lei 42 (2009), que contém a terceira emenda à Lei no. 8 de 1983 (relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo), dispõe que “a entrega de serviço tributável de dentro da Área Aduaneira para fora dela, por um Empreendedor Tributável que produza ou exporte bens tributáveis a partir de demanda ou pedido com o material do comprador e sob direção do comprador de fora da Área Aduaneira, está incluído na definição de exportação de Serviço Tributável.”² Essa descrição apresenta semelhança com o serviço de industrialização por encomenda. E, nos termos do Art. 7(2)c da Lei 42 (2009), as exportações de Serviços Tributáveis são objeto de tarifa zero (“zero-rated”).

¹ WTO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Indonesia, Revision, WT/TPR/S/278/Rev.1, pp. 40-41. Ver, ainda, PWC, 2019:49.

² Law no. 42 (2009), art. 4, Section 1, “h”, terceira emenda à Lei 8 (1983) relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo.

1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica

A legislação básica do regime KITE é o Regulamento 254/PMK.04/2011 do Ministério de Finanças, relativo a isenção de imposto de importação sobre bens e insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens destinados à exportação, e suas alterações posteriores. Esse Regulamento se submete à Lei No. 10 (1995) (Lei Aduaneira),³ com base na qual a importação de bens e insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens destinados à exportação podem ser objeto de isenção do imposto de importação (art. 25(1)c). Essa lei deixa a cargo do Ministério de Finanças a regulamentação de concessões tarifárias e de procedimentos de restituição (arts. 25(3) e 26(3)).⁴ O Decreto No. 129/KMK.04/2003 também contém disposições relevantes sobre o KITE.

Por meio do KITE, é concedida suspensão (*exemption*, nas traduções para o inglês) ou restituição de imposto de importação. O IVA e o imposto sobre venda de bens de luxo (*Pajak Penjualan atas Barang Mewah* - PPnBM) são isentados na importação de bens e/ou insumos a serem processados, montados ou instalados em outros produtos, onde os produtos finais são principalmente destinados à exportação (arts. 1 e 2).⁵

O art. 6 do Regulamento 254/PMK.04/2011 trata de detalhes do pedido de suspensão. Ao contribuinte é concedido um período para implementar as exportações, que poderá ser de (a) até 12 meses do registro da notificação de importação dos insumos, ou (b) de um período indicado por escrito pela empresa, caso ela precise de mais de 12 meses para

³ Regulamento 254/PMK.04/2011 do Ministério de Finanças, relativo a isenção de imposto de importação sobre bens e insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens destinados à exportação.

⁴ Law No. 10(1995), Lei Aduaneira da Indonésia.

⁵ Decreto No. 129/KMK.04/2003 do Ministério de Finanças, relativo à suspensão e/ou restituição de imposto de importação e/ou imposto sobre consumo e IVA e PPnBM na importação de bens e/ou insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens para fins de importação.

utilização dos bens importados. (art. 7). É necessário fornecimento de garantia pelo beneficiário do programa (art. 10) e se exige exportação de toda a produção utilizando os insumos importados sobre o regime. (art. 15).⁶

2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

O regime KITE aplica-se nas modalidades suspensão (traduzido para o inglês como *exemption*), em que matérias-primas e amostras são importadas sem recolhimento de imposto de importação, desde que os bens processados sejam exportados, e restituição (chamado em algumas traduções de drawback), em que se devolve o imposto de importação pago na importação de matérias-primas incorporadas em bens processados e posteriormente exportados.⁷

No caso da suspensão, não são recolhidos IVA e/ou imposto sobre venda de bens de luxo (*Pajak Penjualan atas Barang Mewah* - PPnBM) sobre as importações de matérias-primas, amostras e maquinário. No caso da restituição, a empresa paga tributos no momento da importação, podendo solicitar posteriormente restituição do imposto de importação⁸ pago sob o regime KITE, na medida em que os bens tributáveis tenham sido utilizados na manufatura ou montagem de outros produtos finais exportados.

⁶ Regulamento 254/PMK.04/2011 do Ministério de Finanças, relativo a isenção de imposto de importação sobre bens e insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens destinados à exportação.

⁷ Decreto No. 129/KMK.04/2003 do Ministério de Finanças, relativo à suspensão e/ou restituição de imposto de importação e/ou imposto sobre consumo e IVA e PPnBM na importação de bens e/ou insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens para fins de importação.

⁸ Regulamento P-50/BC/2009 da Diretoria Geral Aduaneira e de Consumo, art. 5.

3. Tributos abrangidos pelo benefício

O regime KITE abrange o imposto de importação e outros encargos exigidos por outras disposições em vigor (o que inclui o IVA e o imposto sobre vendas de bens de luxo – PPnBM).⁹

Em relação à legislação tributária, todos os produtos exportados têm alíquota zero do IVA. Os serviços exportados sujeitos a alíquota zero do IVA são: fabricação por encomenda (*toll manufacturing*); serviços de construção relacionados a bens imóveis localizados fora da área aduaneira indonésia; serviços de reparo e manutenção relacionados a bens móveis utilizados fora da área aduaneira indonésia.¹⁰

Nesse sentido, a Lei 42 (2009) dispõe que “a entrega de serviço tributável de dentro da Área Aduaneira para fora dela, por um Empreendedor Tributável que produza ou exporte bens tributáveis a partir de demanda ou pedido com o material do comprador e sob direção do comprador de fora da Área Aduaneira, está incluído na definição de exportação de Serviço Tributável.”¹¹ Essa descrição apresenta semelhança com o serviço de industrialização por encomenda.

Para efeitos da Lei 42 (2009), Serviço Tributável é definido simplesmente como o serviço que essa lei indica como tributável (art. 1.6). Área Aduaneira (*customs area*) é definida como o território da Indonésia que inclui continente, águas, espaço aéreo sobre continente e águas e certos lugares na Zona Econômica Executiva e a plataforma

⁹ Por exemplo, ver Law no. 42 (2009), art. 4, Section 1, “h”, terceira emenda à Lei 8 (1983) relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo. Decreto No. 129/KMK.04/2003 do Ministério de Finanças, relativo à suspensão e/ou restituição de imposto de importação e/ou imposto sobre consumo e IVA e PPnBM na importação de bens e/ou insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens para fins de importação.

¹⁰ WTO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Indonesia, Revision, WT/TPR/S/278/Rev.1, pp. 40-41.

¹¹ Law no. 42 (2009), art. 4, Section 1, “h”, terceira emenda à Lei 8 (1983) relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo.

continental que a Lei define como aduaneira (art. 1.1). Empreendedor Tributável é o indivíduo ou entidade sob qualquer forma que realize entrega de Bens ou Serviços Tributáveis nos termos dessa lei (art. 1.13 c/c 1.14), ou seja, um contribuinte do IVA.¹² Portanto, pode-se dizer que a legislação tributária Indonésia incorpora uma isenção para serviços de industrialização por encomenda para exportação.

4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Não foram encontradas informações sobre o percentual das exportações indonésias amparadas pelo regime objeto deste memorando.

5. Conclusão

O regime indonésio de processamento interno possui uma isenção de IVA limitada a serviços diretamente fornecidos em bens sob processamento cuja propriedade é de um comprador de fora da Área Aduaneira da Indonésia. A hipótese aparenta aproximar-se de uma industrialização por encomenda, em que o industrializador e beneficiário do regime de processamento não se torna proprietário do bem a ser processado e exportado.

As exonerações empreendidas pela Indonésia são limitadas em relação às exonerações para serviços associados a bens sob regimes aduaneiros voltados à exportação de outros países, tais como na União Europeia, Arábia Saudita e México. Ainda que o regime de IVA enseje a compensação ou restituição do imposto pago por exportadores, que é

¹² Law no. 42 (2009), art. 1, terceira emenda à Lei 8 (1983) relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo.

creditável, pode haver uma acumulação estrutural de créditos que prejudica a ideia de neutralidade fiscal.

Cabe mencionar que a Indonésia possui um sistema de restituição de IVA pelo qual a decisão sobre reembolso do tributo é em até doze meses da declaração e, caso a decisão não seja emitida, o reembolso considera-se aprovado. Via de regra, o pedido de restituição pode ser submetido ao final de um ano, com algumas exceções para reembolso em prazos menores para alguns tipos de contribuintes.¹³

Por exemplo, contribuintes de baixo risco podem solicitar restituição de IVA em períodos inferiores a um ano. Dentre os contribuintes de baixo risco estão os que realizam atividades de exportação, bem como de entrega de bens e/ou serviços tanto no caso de recolhimento como de não recolhimento do IVA. Se o valor reembolsado ao contribuinte for diferente do solicitado, o contribuinte pode solicitar novamente. Por outro lado, há sanções administrativas em caso de contribuição do IVA a menor.¹⁴

De forma geral, a pesquisa levou à constatação de que a estratégia de inserção internacional da Indonésia passa por acordos de preferência regionais. O regime KITE pode ser considerado como limitado em relação a regimes de outros países pesquisados e parece prevalecer a utilização de programas setoriais. Ainda assim, há uma previsão na legislação tributária para exoneração de serviços de industrialização para exportação que é relevante para os fins do Projeto.

Referências consultadas

INDONÉSIA, Law no. 42 (2009), terceira emenda à Lei 8 (1983) relativa ao Imposto sobre Valor Agregado de Bens e Serviços e ao Imposto sobre Venda de Bens de Luxo, disponível

¹³ PWC, 2019:46, 54-55.

¹⁴ PWC, 2019:89-90.

em <https://www.kemenkeu.go.id/sites/default/files/pdf-peraturan/pmk%20no.31-pmk.03-2014-eng.pdf>, acesso em 22 de junho de 2020.

INDONÉSIA, Regulamento 254/PMK.04/2011 do Ministério de Finanças, relativo a isenção de imposto de importação sobre bens e insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens destinados à exportação, disponível em <http://www.flevin.com/id/lgso/translations/MoF/No%20254%20PMK.04%202011.pdf>, acesso em 22 de junho de 2020.

INDONÉSIA, Regulamento P-50/BC/2009 da Diretoria Geral Aduaneira e de Consumo, disponível em [www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA Mirror/english/4441_P-50_BC_2009_e.html](http://www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA_Mirror/english/4441_P-50_BC_2009_e.html), acesso em 22 de junho de 2020.

INDONÉSIA, Law No. 10 (1995), Lei Aduaneira, disponível em <http://www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA%20Mirror/english/8.10.1995.eng.qc.html>, acesso em 7 de julho de 2020.

INDONÉSIA, Decree No. 129/KMK.04/2003 do Ministério de Finanças, relativo à suspensão e/ou restituição de imposto de importação e/ou imposto sobre consumo e IVA e PPnBM na importação de bens e/ou insumos a serem processados, montados ou instalados em outros bens para fins de importação, disponível em http://www.flevin.com/id/lgso/translations/JICA%20Mirror/english/165.finance_129-2003.eng.html, acesso em 7 de julho de 2020.

WTO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Indonesia, Revision, WT/TPR/S/278/Rev.1, 16 de julho de 2013, disponível em <https://www.wto.org/english/tratop_e/tp_r_e/tp378_e.htm>, acesso em 16 de junho de 2020.

PWC, Indonesian Pocket Tax Book 2019, disponível em <https://www.pwc.com/id/en/pocket-tax-book/english/pocket-tax-book-2019.pdf>, acesso em 6 de julho de 2020.